



Índice

- 01** [PF e Ibama apreendem centenas de produtos indígenas na Fenearte](#)
- 02** [Indígenas e fazendeiros bloqueiam ponte](#)
- 03** [Índios amazônicos apresentam propostas para cúpula do clima no Peru](#)
- 04** [Associação de São Raimundo solicita ao Tribunal de Justiça do Maranhão sentença contra projeto de desmatamento](#)
- 05** [Lideranças do povo Tupinambá visitam cooperativas agroecológicas latino-americanas e participam de G77 sobre o Bem Viver](#)
- 06** [Professores do AM divulgam documento final do 1º Fórum de Educação Escolar Indígena](#)
- 07** [Indígenas do Médio Rio Negro \(AM\) sofrem perseguições e ameaças](#)
- 08** [Manaus \(AM\) recebe exposição fotográfica sobre direitos indígenas](#)
- 09** [MPF verifica situação de aldeias das margens dos rios Mamoré e Guaporé](#)
- 10** [1º Festival da Cultura Quilombola movimentou comunidade de São Julião](#)
- 11** [Terras quilombolas: Brasil tem 10 ações pendentes entre elas em SE, diz CNJ](#)
- 12** [Amapá tem mutirão para emissão de documentos](#)
- 13** [27ª edição da Confraternidade Amazônica acontece de 15 a 20 de Julho](#)
- 14** [A partir da segunda-feira, Povo das Águas atende ribeirinhos do Baixo Pantana](#)



- 15** Tapera recebe Certidão de Autodefinição como comunidade remanescente de Quilombolas
- 16** Brigada Apinajé: Prova de Fogo
- 17** RO – Procurador de Justiça Carlos Grott dá parecer favorável à permanência dos Tenharim em Porto Velho
- 18** MPF propõe acordo de cooperação técnica para produção em aldeias
- 19** Deputado federal Fábio Trad acusa União de 'empurrar com barriga' conflito por terras
- 20** Apreensão de produtos indígenas gera polêmica entre artesãos e consumidores
- 21** Governo federal recorre à Justiça para não oferecer segurança policial a indígenas em MS
- 22** UFGD oferece formação continuada a profissionais de escolas indígenas
- 23** Inscrições para os jogos indígenas começam dia 14
- 24** MPF pede agilidade em processo de área reivindicada como indígena em Mato Castelhana
- 25** Polícia investiga possível suicídio de indígena após derrota do Brasil
- 26** MPMG realiza Audiência Pública para discutir situação do povo indígena Maxakali
- 27** União e Estado não querem prover segurança em área ocupada por indígenas em Caarapó
- 28** Comunidades da bacia amazônica expõem em Pavilhão Indígena da COP20



Boletim de Notícias - Edição nº 117 / 2014

Brasília, 10 de julho de 2014.

-
- 29** [Oficinas Indígenas movimentam as Bibliotecas Parque do Rio de Janeiro](#)
 - 30** [Lideranças rurais se reúnem com Temer para tratar das demarcações de terras indígenas](#)
 - 31** [Sistema de energia solar mudará produção rural em reserva extrativista no Pará](#)



PF e Ibama apreendem centenas de produtos indígenas na Fenearte

SÍTIO CBN FOZ, 09.07.2014

Centenas de produtos indígenas feitos com penas de aves silvestres foram apreendidos na tarde desta quarta-feira (9) na Feira Nacional de Negócios do Artesanato (Fenearte), em Olinda. A ação foi conduzida pela Polícia Federal e pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).

"Fecharam a rua [via de acesso na feira] do estande. Fomos tratados como bandidos, como se a gente tivesse fazendo coisa errada. Levaram cocar, bracelete, brincos. Nós somos quem mais defende a natureza. Essas penas caem, a gente apanha", explica Flávia Jaciriê, da tribo Xucuru, de Pernambuco. Segundo ela, várias etnias foram prejudicadas, de vários estados, como xucuru, fulni-ô, patachó e pankararu.

Responsável pela ação, o fiscal do Ibama Amaro César explicou que a iniciativa faz parte de uma operação nacional do Instituto chamada Moda Triste, que já existe há alguns anos, focada em coibir o comércio de decoração e artesanato com partes de animais silvestres e nativos. "Na Fenearte foi a primeira vez que encontramos produtos irregulares, mas a feira não deve ser responsabilizada", afirmou.

O material foi recolhido e está em fase de triagem. Amaro César estima que em torno de 500 peças foram levadas, incluindo canetas, palitos de prender cabelo, pulseiras, colares e brincos com penas de araras e outros animais da fauna brasileira. "Os mais chamativos são os cocares, foram de 50 a 60 unidades", disse.

De acordo com o fiscal, ninguém foi conduzido à prisão nem houve violência, mas oito pessoas foram identificadas e serão responsabilizadas. "No âmbito judiciário, elas podem pegar de seis meses a um ano pelo comércio e no administrativo, que será tratado pelo Ibama, além da apreensão do produto, será aplicada uma multa pecuniária que pode variar de R\$ 500 a 5 mil de acordo com o tipo de animal e volume de peças", disse Amaro.

A Polícia Federal explicou que os produtos estão lacrados em um caminhão no Ibama e, após a produção de um relatório, serão encaminhados à Polícia Federal.

A Fenearte confirma que a apreensão aconteceu, mas não vai se pronunciar sobre o assunto.

"A gente tentou conversar, eles marcaram reunião para amanhã pela manhã. Vai ser definido se vão devolver ou não. Há 15 anos a gente participa da feira e nunca ninguém falou que não poderia vender esse tipo de artesanato. E de repente eles apreendem sem comunicar com a gente", reclama Flávia Jaciriê.

Segundo ela, foram levados materiais de diversos estandes. "Menos os que a gente estava usando. Deixaram as penas pintadas também", relata. Flávia afirmou que as aves proibidas

CONT.



não são encontradas em Pernambuco. "A gente troca com outros índios quando vai na Funai de Brasília. A gente tem sementes que eles não têm, fazemos trocas. Tem gente que compra em Dois Irmãos [zoológico do Recife], cai e eles vão juntando. Mato Grosso e Manaus é que têm", disse.

Regra

O fiscal explicou que é proibido comercializar peças feitas com partes do corpo de animais silvestres nativos do Brasil, a exemplo de penas, dentes e ossos. "As mais chamativas [entre as proibidas] são araras e papagaios. O comprador deve perguntar 'é natural?' 'De que ave?' Se for de papagaio, não pode. Galinha, pato e guiné são animais domésticos, tudo bem", esclarece. Amaro César lembra que os índios têm direito de usar o material nos rituais, mas não de vender ou expor para venda.



Indígenas e fazendeiros bloqueiam ponte

SÍTIO FOLHA DE BOA VISTA, 09.07.2014

YASMIN GUEDES
Editoria de Cidade

Indígenas Yanomami e fazendeiros da região da Vila Samaúma, no Município de Alto Alegre, Centro-Oeste do Estado, bloquearam a ponte do rio Mucajaí, na RR-205, que dá acesso à cidade de Mucajaí, com o intuito de chamar a atenção dos governantes para a situação das estradas, pontes e da falta de energia elétrica. Há risco de confronto entre manifestantes e moradores da região.

Segundo relatos de servidores federais da Fundação Nacional do Índio (Funai), o protesto começou na segunda-feira, mas tomou proporções maiores na manhã de ontem. "Eles reivindicam melhorias nas estradas e a construção de uma ponte, pois a que há na Vicinal do Tronco está prestes a cair e, com isso, temem o isolamento", comentou um servidor.

"Acompanhamos porque há índios e crianças envolvidas. Eles querem essa ponte para escoar a produção de todos que vivem lá e os índios utilizam muito essa estrada", complementou o servidor. Ele disse que, há um tempo, a Funai e prefeituras das duas cidades foram parceiras para revitalizar a vicinal, porém o efeito foi em curto prazo. "Não temos recursos para pontes, e isso é competência do Estado", enfatizou.

Na tentativa de ultrapassar a barreira humana criada na ponte sobre o rio Mucajaí, o diretor da Escola Nova Esperança, na zona rural de Alto Alegre, Edvar Menezes, foi surpreendido ao ser segurado por um grupo indígena, com o rosto pintado e foi amarrado. "Eles pensavam que eu era algum político, mas ninguém entendia o que eu falava até a chegada de um tradutor", comentou.

"Eles me arrodaram e me amarraram, começaram a me pintar e me liberaram para que eu fosse até Alto Alegre chamar por alguma autoridade, pois eles só vão sair de lá quando alguém aparecer para conversar com eles", destacou. Disse ainda que nenhum veículo passa de um lugar para o outro e, com isso, há risco de falta de mantimentos na Vila Samaúma.

A servidora pública Sirleide Sá, que mora na Vila Samaúma, contou que um grupo de manifestantes seguiria para outra estrada com a finalidade de impedir o acesso das pessoas. "Eles estariam a caminho da estrada que dá acesso ao Apiaú", comentou. "A população está pedindo apoio das autoridades para que elas se manifestem. Só são autorizadas a passar as ambulâncias. Carro e moto não passam".

Foto: Divulgação

Nenhum veículo está autorizado a seguir viagem, a não ser ambulâncias

CONT.



Outra moradora da região, Maria dos Desterros, explicou que a situação tende a piorar caso os pedidos de diálogo não sejam atendidos. Ontem à tarde, a servidora conseguiu acordo com o tuxaua do grupo para se dirigir até a Capital a fim de chamar a imprensa e as autoridades para cobrir a manifestação. "Fiz isso porque nem todos concordam com essa manifestação. O pessoal da Vila Samaúma pensa em fazer justiça, pois esse bloqueio impede a circulação da população", alertou.

Enquanto tentava o acordo, Maria observou o armamento carregado pelos manifestantes. "Eles têm flechas com a ponta grande, de ferro, e arma de fogo também", avisou. O receio é de que haja confronto físico. "Eles estão armados para a guerra", enfatizou. "Pedimos que as autoridades olhem para nossa situação e não deixem acontecer o pior".

GOVERNO – A Folha entrou em contato com a Secretaria Estadual de Infraestrutura (Seinf) e foi informada que o Departamento Estadual de Infraestrutura de Transportes (DEIT) enviará, na quinta-feira, equipe técnica para avaliar as condições da estrada e das pontes de acesso a propriedades rurais e à comunidade indígena Sikamabiu, na região de Sumaúma, para definir as providências a serem adotadas a fim de garantir o tráfego seguro na via. (Y.G)



Índios amazônicos apresentam propostas para cúpula do clima no Peru

SÍTIO CORREIO BRAZILIENSE, 09.07.2014

Programa deve permitir desenvolver planos para melhorar a qualidade de vida dos indígenas e dar títulos territoriais, assim como o manejo holístico dos recursos naturais

France Presse

Publicação: 09/07/2014 19:34 Atualização:

Líderes indígenas amazônicos de nove países da região apresentaram nesta quarta-feira propostas de proteção ambiental e florestal, que esperam sejam tratadas na cúpula sobre mudanças climáticas que será celebrada em dezembro, em Lima.

Associações e organizações indígenas fizeram uma lista de propostas que apresentam em coletiva de imprensa na capital peruana perante as autoridades locais do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e do ministério do Ambiente do Peru.

As propostas incluem a implementação do programa "Amazônia Indígena Viva para a Humanidade", com recursos de 210 milhões de dólares, para ser aplicado nos 210 milhões de hectares - à razão de um dólar por hectare - nos quais estão distribuídos os povos amazônicos dos países que abrangem a bacia.

Leia mais notícias em Mundo

Este programa deve permitir desenvolver planos para melhorar a qualidade de vida dos indígenas e dar títulos territoriais, assim como o manejo holístico dos recursos naturais, anunciou Alberto Pizango, um líder que chefia a Associação Interétnica de Desenvolvimento da Selva Peruana (AIDSEP).

"Os povos indígenas são guardiões das florestas. A cúpula COP20 é uma oportunidade para fazer ouvir nossa voz", disse Cândido Mezua, indígena panamenho líder da Aliança Mesoamericana de Povos e Florestas (AMPB).

As entidades reivindicaram, ainda, que todo projeto de desenvolvimento ou extração em seus territórios se adeque aos direitos, cosmovisões e propostas das comunidades nativas.

Pediram, também, o reconhecimento de que "a livre determinação dos povos indígenas ajuda à humanidade e que sua criminalização agrava a crise climática".

Neste sentido, exigiram "o cessar da perseguição" a indígenas que estão sendo julgados no Peru pela defesa de seus territórios e recursos.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 117 / 2014

Brasília, 10 de julho de 2014.

Líderes e membros de comunidades amazônicas começaram a ser julgados em maio pela morte de 18 policiais e civis.

O julgamento na cidade de Bagua, na região do Amazonas (nordeste), pôs no banco dos réus 23 indígenas de um total de 53 acusados após violentos enfrentamentos entre forças policiais e indígenas ocorridos em 5 de junho de 2009, no âmbito de um protesto contra um pacote de leis a favor de petroleiras.



Associação de São Raimundo solicita ao Tribunal de Justiça do Maranhão sentença contra projeto de desmatamento

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 09.07.2014

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DO POVOADO SÃO RAIMUNDO, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº05.492.591/001-85, com sede no Povoado São Raimundo, s/nº, Zona Rural de Urbano Santos-MA, neste ato representada por sua presidente, a Sra. FRANCISCA MARIA DOS SANTOS ARAÚJO, brasileira, casada, trabalhadora rural, RG nº1428662000-5 SSP-MA e CPF 012.791.043-33, residente e domiciliada no Povoado São Raimundo, s/nº, Zona Rural de Urbano Santos-MA, por intermédio de seus advogados abaixo assinados, nos autos do Agravo de Instrumento epígrafado, sendo Agravante Luis Evandro Loeff, vem, através do presente petítório, se manifestar:

Ínclito Julgador, conforme se extrai do Diário Oficial do Estado do Maranhão, o agravante tornou público que requereu da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Naturais – SEMA, a renovação da Licença Única Ambiental protocolada sob nº73253/14, para a atividade de Agrossilvipastoril: Plantio, Colheita, Aproveitamento de Material Lenhoso e produção de carvão vegetal na Fazenda São Raimundo, localizado no Município de Santa Quitéria –MA./

Referente requerimento é datado de 19 de maio de 2014, período de validade de Vossa decisão interlocutória, que determinou a manutenção da decisão da magistrada de base, que assegura a posse das famílias na área litigiosa. Contudo, o requerimento, junto à Secretaria Estadual de Meio Ambiente, de licença para desenvolvimento de atividades do tipo Plantio, Colheita, Aproveitamento de Material Lenhoso e produção de carvão vegetal na Fazenda São Raimundo indica que o Agravante pretende desobedecer ordem judicial prolatada por Vossa Excelência.

Desta maneira, é a presente para determinar que o Agravante cesse quaisquer atividades na área litigiosa, até o julgamento do mérito do presente recurso.

E. Deferimento

São Luís, 10 de julho de 2014

Diogo Diniz Ribeiro Cabral

OAB/MA 9.355

–

Enviada para Combate Racismo Ambiental por Mayron Borges.



Lideranças do povo Tupinambá visitam cooperativas agroecológicas latino-americanas e participam de G77 sobre o Bem Viver
SÍTIO CIMI, 09.07.2014

Por Haroldo Heleno e Ricardo Zehnder,
de Itabuna (BA)

Três lideranças do povo Tupinambá de Olivença, do sul da Bahia, percorreram cooperativas agroecológicas na Argentina e na Bolívia, entre os dias 26 de maio a 15 de junho, para conhecer formas de organização no que tange o aproveitamento do cacau para atividades econômicas coletivas. Na região de Alto Beni, os indígenas conheceram uma das principais produções do fruto na Bolívia e participaram do Cumbre del grupo de los 77 (G77), com cerca de 100 delegados e chefes de Estado.

Estiveram presentes na comitiva o cacique Ramon Ytajibá, Nadia Akauã e o professor José Carlos Tupinambá, juntamente com um representante do assentamento Terra Vista, do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), e representantes da Casa da Economia Solidária de Uruçuca, todos do sul da Bahia, que juntos compõem a Teia Agroecológica.

Na viagem, as lideranças puderam conhecer a experiência da Central de Cooperativas "El Ceibo", fundada há 37 anos na Bolívia. Esta central de cooperativas é hoje uma organização cooperativa de sistemas agroflorestais orgânicos de prestígio, com reconhecimento nacional e internacional, que atua em todas as áreas de produção de cacau do Estado Plurinacional da Bolívia.

Os tupinambá puderam ver detalhes da organização da central de cooperativas. A cada quatro anos, o Conselho de Administração da El Ceibo é eleito por representantes das cooperativas integradas à central. Além de supervisionar todas as atividades da El Ceibo, o conselho é responsável pela condução da Assembleia Geral.

Na El Ceibo, as lideranças indígenas puderam perceber as possibilidades diferenciadas na relação com a mãe natureza e entre a própria comunidade. Conforme o cacique Ramon "existe uma participação democrática de todos os associados". A liderança destaca ainda a importância do compartilhamento dos conhecimentos técnicos entre os agricultores de cacau até mesmo para grupos de outros países.

"Impressiona a produção ambientalmente sustentável e distribuição justa dos lucros entre todos. Espero transmitir isso aos parentes, sobretudo quanto à integração e apoio solidário e cooperativo entre organizações, além de enorme respeito pela vida, culturas e pelo meio ambiente", diz o cacique que espera poder transmitir tudo isto para seus parentes.

Experiências compartilhadas

CONT.



Segundo um dos organizadores da viagem, Ricardo Zehnder, da Casa da Economia Solidária de Serra Grande, Uruçuca, Bahia, o intercâmbio tem como objetivo fortalecer a proposta de uma integração cooperativa continental, buscando divulgar em diversos espaços, a começar pelos grupos que participaram da comitiva baiana, esta ideia da troca de experiências positivas e geradoras de vida, que se contrapõem ao modelo hegemônico implantado no continente. "Temos de fortalecer a resistência a este modelo, capitaneado pelos "geradores de riquezas e progresso", no lobby do agronegócio, da mineração, das "propostas" energéticas que muitas vezes encurralam, acossam e amedrontaram as comunidades", afirma Zehnder.

Neste sentido, o intercâmbio também buscou fortalecer os laços entre as organizações socioprodutivas continentais, em especial Brasil e Bolívia, especificamente levando as experiências desenvolvidas na Costa do Cacau (sul da Bahia), por intermédio dos indígenas do povo Tupinambá, MST, Casa da Economia Solidária, com os dirigentes e produtores das cooperativas que integram a El Ceibo.

No sul da Bahia se busca hoje construir consensos entre as diversas organizações tradicionais indígenas, camponesas, da economia familiar e solidária, ocupantes de cerca de 100 mil hectares do território baiano. "Se trata de mostrar como podemos planejar de forma cooperativa, participativa, ampla, inclusiva e solidária uma proposta de Bem Viver. A ideia de ir até a Bolívia é para observar um modelo concreto e bem sucedido que está sendo compartilhado com todos nós de forma generosa e solidária", afirma Zehnder.

A comitiva esteve no dia 29 de maio na Universidade Nacional de Rosário, Argentina, em debates na Faculdade de Relações Internacionais sob o tema "Por uma América Latina Integrada". A conversa permeou os novos paradigmas de relação de justiça e sustentabilidade com a Mãe Terra e também sobre identidade. Este momento foi de suma importância para a comitiva, pois a Universidade de Rosário articula estes conceitos entre as suas 12 Faculdades, sendo hoje a segunda maior da Argentina com cerca de 34.000 estudantes. No bojo desta discussão se apresentou a proposta de Integração Continental Cooperativa.

G 77

Em La Paz, no dia 2 de junho, a comitiva visitou o embaixador José Crespo Fernandez, diretor Geral de Relações Multilaterais do Ministério de Relações Exteriores do Estado Plurinacional da Bolívia. Este encontro foi preparatório para a participação da comitiva no Encontro Cume Extraordinária de Chefes e Chefes de Estados e do Governo do G77 + China da ONU, que aconteceu em Santa Cruz de La Sierra com o tema: "Por um novo ordenamento mundial para Viver Bem".

O Cumbre del grupo de los 77 (G77), com mais de 100 delegados e chefes de Estado, teve sua abertura oficial no estádio de Santa Cruz. Para Nádia Tupinambá, foi uma festa foi emocionante com grande quantidade de culturas. A participação da comitiva na Plenária Extraordinária do G77 + China, conforme o cacique Ramon, foi informativa. "Todos aqueles

CONT.



chefes de estado e delegados trocando desejos de novos tempos e propostas de novas práticas, inclusivas, cooperativas, justas, solidárias, pacíficas, foi importante”, diz. Para Ricardo Zehnder: “Um maravilhoso exemplo, um alimento de energia poderosa, desejos que estimulam nossa caminhada, alegria abundante, confiança no futuro, fortaleza para nossas alianças fraternas. Paz, amor, alegria”.

As palavras do presidente da Bolívia, Evo Morales, durante seu discurso na abertura do evento, abordou a questão da harmonia e equilíbrio com a Mãe Terra, o que reforçou ainda mais a viagem da comitiva do sul da Bahia, fortalecendo as possibilidades de planejamento e práticas sociais de modelos produtivos, orgânicos e cooperativos bem sucedidos.

O presidente Evo disse em sua fala: “Necessitamos construir uma visão distinta do desenvolvimento ocidental capitalista, transitando desde o paradigma de desenvolvimento sustentável ao paradigma do desenvolvimento integral para Viver Bem, que busca não só o equilíbrio entre os seres humanos, mas o equilíbrio e a harmonia com nossa Mãe Terra”. E foi além: “Nenhum desenvolvimento é sustentável se a produção destrói a Mãe Terra, uma vez que Ela é a fonte da vida e da nossa existência. Nenhuma economia é sustentável se produz desigualdades e exclusões”. O povo Tupinambá sabe bem o que isso significa.



Professores do AM divulgam documento final do 1º Fórum de Educação Escolar Indígena

SÍTIO CIMI, 09.07.2014

Nós, professores indígenas dos povos Ticuna, Kambeba, Kokama, Kaixana, das aldeias Barreira da Missão de Cima, Barreira da Missão do Meio, Barreira da Missão de Baixo, Betel, Barreirinha, Nova Esperança, Boarazinho, Bom Futuro, Porto Praia de Baixo, Kanata aietu, Patauá, Jaquiri, Boará, Boará de Cima, Nova Jerusalém, Pavão, Projeto Mapi e Monte Sinai, reunidos nos dias 04, 05 e 06 de Julho de 2014, no Centro de Pastoral Irmão Falco, no município de Tefé, no I Fórum de Educação Escolar Indígena, que contou com a participação das entidades: Funai, Secretaria de Assuntos Indígenas do Município de Tefé, CIMI, União dos Povos Indígenas do Médio Solimões e Afluentes (UNUPI-MSA), Ministério Público Federal de Tefé, Associação Cultural dos Povos Indígenas do Médio Solimões e Afluentes (ACPIMSA), Associação dos Estudantes e Povos Indígenas do Médio Solimões e Afluentes (AEPIMSA) e Diretório Regional dos Estudantes de Tefé (DRE Tefé) e Professor Gersem Luciano Baniwa, com objetivo de fazer com que a educação escolar indígena no município de Tefé seja construída e reconhecida como instrumento a serviço dos projetos de futuro dos povos indígenas.

Apesar de termos nossos direitos assegurados nos artigos 210, 215, 231 e 232 da Constituição Federal, assim como os artigos 26, 32, 78 e 79 da Lei de Diretrizes e Bases (LDB), bem como no Parecer 14 e Resolução 3, ambos do Conselho Nacional de Educação, constatamos que tais direitos não são respeitados. Sabemos que é dever do Estado ofertar uma educação de qualidade em todos os níveis nas comunidades indígenas, que respeite sua organização social e o modo próprio de aprendizagem com uma educação específica e diferenciada, conforme a realidade de cada povo. Entretanto, as aldeias acima citadas têm que se adequar ao sistema de ensino das escolas municipais da zona rural, pois a Secretaria de Educação do Município não oferece meios para que sejam elaboradas - em parceria com os gestores, professores e comunidades indígenas - políticas públicas que atendam as demandas de educação escolar indígena, levando em conta sua língua materna, costumes, tradições, organização social, modo de viver de cada povo e festas tradicionais.

A partir das apresentações das realidades da educação escolar indígena nas aldeias do município de Tefé, constatou-se que a deficiência e o descaso por parte do poder público com a Educação Escolar Indígena é geral, havendo enormes conflitos e contradições a serem superados, entre eles:

O desconhecimento sobre a estrutura e funcionamento das escolas indígenas e da especificidade da EEI, por parte da Secretaria Municipal de Educação;

Falta de formação e capacitação para os professores indígenas;

Infra-estrutura precária e, em algumas comunidades, a escola funciona em locais improvisados (casa comunitária, igreja, casa de comunitários).

CONT.



Faltam equipamentos e instrumentos que facilitem os trabalhos dos professores (impressora, computadores, etc.)

Material didático insuficiente para a demanda dos alunos e que não vai ao encontro da realidade do povo.

O transporte escolar que não é disponibilizado para os alunos, sendo que em algumas aldeias necessitam tanto o fluvial, quanto o terrestre.

Falta o reconhecimento e valorização da escola indígena e do professor como categoria profissional;

O poder público municipal não respeita e nem acata as decisões dos povos indígenas;

As escolas indígenas não dispõem de um calendário específico e diferenciado;

Recursos humanos insuficientes para o funcionamento das escolas indígenas, além da desvalorização salarial de funcionários.

Falta de merenda escolar suficiente para atender a demanda dos alunos.

Assim, considerando o exposto, pedimos:

A ampliação da participação dos professores e lideranças indígenas nos espaços de Controle Social (Conselho Municipal de Educação), tendo em vista o processo de democratização da gestão do ensino público, nos estabelecimentos oficiais, respeitando a participação das comunidades em conselhos escolares ou equivalente;

A construção, reforma e estruturação das escolas indígenas;

A formação e a capacitação dos professores indígenas, especialmente no que diz respeito aos conhecimentos relativos aos processos escolares de ensino-aprendizagem, alfabetização, a construção coletiva de conhecimento na escola e a valorização do patrimônio cultural da população indígena;

O acompanhamento pedagógico aos professores indígenas para contribuir no desenvolvimento e na melhoria e qualidade de ensino; A criação da categoria de escola indígena, respeitando a autonomia da comunidade na elaboração do Projeto Político Pedagógico (PPP);

A criação da categoria de professor indígena, com respectivo plano de carreira;

A contratação de profissionais (merendeira/o, serviços gerais, secretário/a, vigia) para contribuir no funcionamento das escolas indígenas;

Materiais didáticos suficientes e específicos para cada aldeia;

CONT.



Melhor distribuição e regionalização da merenda escolar nas aldeias;

O incentivo de programas voltados à produção e publicação de materiais didáticos e pedagógicos específicos para os povos indígenas, incluindo livros, vídeos, dicionários e outros elaborados por professores indígenas juntamente com os seus alunos e comunidade;

Ainda, exigimos o respeito à Coordenação de Educação Escolar Indígena (CEEI), que busca se inserir e se envolver nas discussões que se refere a educação escolar indígena nas aldeias e na cidade, servindo como mediador entre as comunidades indígenas e o poder público municipal. Por fim, ressaltamos que o Fórum de Educação Escolar Indígena, foi pensado e realizado com a intenção de facilitar o diálogo entre os povos indígenas e o poder público para a construção e efetivação de políticas públicas voltadas para a educação escolar indígena, no entanto, não houve a participação de representantes da Câmara Municipal de Vereadores, Secretaria Municipal de Educação, Prefeitura Municipal de Tefé e SEDUC, o que inviabilizou encaminhamentos concretos em relação a um planejamento voltado para a Educação Escolar Indígena. Contudo, as discussões durante os dias de evento foram de singular importância para o fortalecimento de estratégias e articulação em busca da concretização de políticas de educação indígena.

Frente a essa situação exigimos dos vários órgãos, das diferentes instâncias que têm ligação direta ou indireta com a educação escolar indígena, providências para que sejam respeitados e garantidos nossos direitos, em especial o direito a uma educação própria - específica e diferenciada, de acordo com a legislação em vigor, com destaque a Constituição Federal.

Tefé, 06 de Julho de 2014.



Indígenas do Médio Rio Negro (AM) sofrem perseguições e ameaças

SÍTIO CIMI, 09.07.2014

O Conselho Indigenista Missionário (Cimi), Regional Norte I (AM/RR), nesta oportunidade, publicamente denuncia mais uma sórdida campanha de difamação e perseguição contra os povos indígenas do Médio Rio Negro por organizações sediadas no município de Barcelos (AM), entre elas entidade representativa de segmento recentemente arrolado pelo Ministério Público Federal em processo por prática de crime análogo à escravidão.

Os povos indígenas do Médio Rio Negro, região formada pelos municípios de Santa Isabel do Rio Negro e Barcelos, há vários anos estão se organizando e lutando pela demarcação de seus territórios tradicionais. O reconhecimento oficial desses territórios até o momento não aconteceu por omissão e descaso do próprio governo federal. A Fundação Nacional do Índio (Funai), realizou há sete anos estudos antropológicos e não fez caminhar o procedimento demarcatório.

Em nota com ampla divulgação no município de Barcelos, que circulou a partir das redes sociais na internet, as organizações contrárias à demarcação das terras indígenas disseminam mentiras e preconceitos, jogando a população local contra os direitos dos povos indígenas. Elas reproduzem o mesmo discurso racista e mentiroso usado contra os indígenas da terra Raposa Serra do Sol (RR), contra os Mura (AM), dentre outros povos afetados por grupos anti-indígenas.

Esta situação se reveste de gravidade pelas ameaças à integridade física de lideranças indígenas e familiares, como recentemente aconteceu em Barcelos, onde pelo menos dois líderes do movimento indígena local receberam ameaças, um dos quais por meio de bilhete sorrateiramente deixado na porta de sua casa, tendo a casa fotografada e invadida por desconhecidos e uma filha seguida enquanto se dirigia para a escola.

Denúncia desses fatos está sendo encaminhada pelo Cimi Norte I e organizações indígenas ao Ministério Público Federal e para a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. A intenção é que as pessoas ameaçadas recebam a proteção devida. Por força de ameaças, campanhas preconceituosas e incitação à violência, testemunhamos em dezembro de 2013 a ação de populares contra os Tenharim no município de Humaitá.

Consideramos o direito à livre manifestação do pensamento como garantia indispensável para a convivência democrática. Porém, manifestações racistas e preconceituosas são típicas de setores antidemocráticos e calcados no arbítrio e na ilegalidade, razão pela qual a campanha discriminatória dos setores anti-indígenas de Barcelos merece repúdio de toda a sociedade amazonense.

Manaus (AM), 09 de julho de 2014

Conselho Indigenista Missionário - CIMI
Regional Norte I (AM/RR)



Manaus (AM) recebe exposição fotográfica sobre direitos indígenas

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 09.07.2014

Retrospectiva em imagens da luta pelos direitos indígenas chega à capital do Amazonas na próxima terça-feira, 15/7. Reúne 43 fotos de momentos e personagens históricos, apresentadas em ordem cronológica, clicadas por 33 fotógrafos, com mapas e textos de apoio, em português e inglês

ISA

Após passar por Brasília, São Paulo e Belém, a exposição Povos Indígenas no Brasil 1980/2013 – Retrospectiva em Imagens da Luta dos Povos Indígenas no Brasil por seus Direitos Coletivos, chega a, Manaus, capital do Amazonas. A abertura acontecerá às 19h30, na próxima terça-feira (15/7), no Parque Ponta Negra, Av. Coronel Teixeira, s/n e contará com a participação da Embaixadora da Noruega Aud Marit Wiig, representantes do Instituto Socioambiental (ISA) e da prefeitura da cidade. Em seguida haverá a apresentação de um vídeo curto sobre os 30 anos do apoio norueguês aos povos indígenas no Brasil, um coquetel e uma apresentação cultural indígena. A entrada é franca e a mostra fica em cartaz até 17 de agosto.

A mostra comemora os 30 anos do Apoio Norueguês aos Povos Indígenas no Brasil, os 25 anos da Constituição e os 20 anos do ISA e é uma realização da Embaixada da Noruega no Brasil e do ISA, com o apoio da Prefeitura de Manaus. A estreia foi em novembro do ano passado em Brasília, no Museu da República, e contou com a presença de lideranças indígenas históricas como Marcos Terena, Ailton Krenak, o cacique kayapó Raoni Metuktire, Almir Suruí Paiter e Davi Yanomami.

Em São Paulo, foi instalada na Arena de Eventos do Parque do Ibirapuera, ao lado do Museu Afro Brasil, e contou com a participação da ministra conselheira Sissel Hodne Steen, da Embaixada da Noruega no Brasil, de Beto Ricardo, do Instituto Socioambiental (ISA) e curador da exposição e de autoridades municipais. Um grupo de índios Kuikuro, do Parque Indígena do Xingu, fez uma apresentação musical. Já na cidade de Belém, a mostra foi recebida no Espaço Ver-o-Rio, entre os dias 21 de maio e 22 de junho.

A mostra é composta por 43 fotos, apresentadas em ordem cronológica, clicadas por 33 fotógrafos, com mapas e textos de apoio, em português e inglês. São 18 totens de 2,39 x 2 m, com imagens de ambos os lados, e a iluminação noturna das peças será feita por coletores solares, no topo dos totens.

Momentos e personagens históricos

A maior parte das imagens foi publicada originalmente na imprensa ou nos volumes da série Povos Indígenas no Brasil, elaborada, inicialmente, pelo Centro Ecumênico de Documentação e Informação (Cedi) e, a partir de 1994, pelo ISA, com apoio do governo norueguês.

CONT.



A exposição traz momentos e personagens históricos, retratados em um período de 33 anos no qual os povos indígenas saíram da invisibilidade para entrar de vez no imaginário e na agenda do Brasil contemporâneo. O marco desse processo foi o capítulo dos direitos indígenas da Constituição. Entre outros temas, as imagens retratam a participação indígena na Constituinte (1986-1988); a batalha pelo reconhecimento das Terras Indígenas; a resistência às invasões de garimpeiros e madeireiros; o apoio de músicos como Sting e Milton Nascimento; a apropriação das tecnologias do homem branco; as ameaças aos últimos povos "isolados"; as mobilizações recentes pela garantia de seus direitos. "Pretende-se que essas imagens sirvam de referência para as narrativas dos seus protagonistas, assim como para o aprendizado das novas gerações", explica Beto Ricardo.

Em 1983, a Noruega criou uma linha específica de cooperação internacional para apoio aos povos indígenas e o Brasil foi o primeiro país a receber seus recursos. A Embaixada da Noruega apoia atualmente 12 associações indígenas e organizações indigenistas. A base da iniciativa é a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), um dos principais mecanismos internacionais de proteção aos direitos indígenas. A Noruega foi o primeiro país a ratificá-la, em 1990. O Brasil fez o mesmo em 2002.

"A Noruega vem firmando parcerias de longa duração com várias associações indígenas e organizações não governamentais indigenistas no Brasil por meio de seu Apoio aos Povos Indígenas. O foco tem sido o apoio institucional", informa a ministra conselheira Sissel Hodne Steen.

"Extintos"

A exposição trata de um período histórico recente (1980-2013) marcado pelo protagonismo político dos povos indígenas, depois de terem sido considerados extintos. Essa visão está presente no curioso relato do antropólogo Claude Lévi-Strauss, registrado em seu livro "Tristes Trópicos", que serve de epígrafe à exposição. Em 1934, pouco antes de viajar ao Brasil, ele questionou o embaixador brasileiro na França sobre como encontrar comunidades indígenas. "Índios? Infelizmente, prezado cavalheiro, lá se vão anos que eles desapareceram", respondeu o diplomata.

O antropólogo Darcy Ribeiro registrou o decréscimo geral da população indígena e o desaparecimento de mais de 80 etnias, entre 1900 e 1950. Algumas fontes estimam que, em 1500, havia entre dois milhões e seis milhões de índios no que seria mais tarde o território brasileiro. A trajetória de resistência retratada na exposição, no entanto, coincidiu com a recuperação do crescimento demográfico dessas comunidades, registrada a partir dos anos 1980.

Hoje, existem no Brasil 240 povos indígenas, que falam 154 línguas e somam uma população de mais de 896 mil pessoas (IBGE 2010). O número de índios continua crescendo, assim como o de etnias, embora alguns povos estejam ameaçados de extinção. Metade das etnias tem uma população de até mil pessoas; 49 têm parte de sua população habitando países vizinhos; há 60 registros de povos "isolados".

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 117 / 2014

Brasília, 10 de julho de 2014.

Contatos

Emanuela Paranhos – Escritório de Arte Quatrocantos (produção executiva)

manu@quatrocantos.art.br / (61) 9811-6070

Kristian Bengtson - oficial do programa de apoio aos povos indígenas, Embaixada da Noruega

kbe@mfa.no / (61) 9267-6604

Serviço

O que: Exposição Povos Indígenas no Brasil

Quando: de 16 de julho a 17 de agosto de 2014

Das 8h às 22h, de segunda a domingo

Onde: Av. Coronel Teixeira, s/n, Ponta Negra

Manaus – AM

Entrada Franca



MPF verifica situação de aldeias das margens dos rios Mamoré e Guaporé
SÍTIO PR/RO, 09.07.2014

Equipe do MPF esteve em quatro terras indígenas

Quatro aldeias situadas ao longo dos rios Mamoré e Guaporé receberam a visita de uma equipe do Ministério Público Federal (MPF), entre os dias 3 e 5 deste mês. As visitas foram feitas para verificar a situação dos indígenas da região e diagnosticar os problemas em busca de soluções.

“Guajará-Mirim possui a maior população indígena de Rondônia. Mesmo com muitos povos indígenas, cada aldeia tem suas necessidades específicas. Não é possível conhecer estas realidades sem ir às aldeias. A partir da compreensão de cada situação, estamos atuando exatamente no problema de cada uma. Há uma precariedade material geral. Por outro lado, ficamos felizes em constatar riquezas culturais e ambientais ainda preservadas, verdadeiros patrimônios às futuras gerações”, disse o procurador da República Daniel Dalberto.

As terras indígenas visitadas foram Barranquilla, Sagarana, Baía das Onças, Ricardo Franco e Deolinda. Nestes locais vivem diversas etnias, como Makurap, Kanoé, Tupari, Oro Mon, Oro Nao, Cujubim, Djeoromitxi, entre outras.

A visita às aldeias teve a presença do procurador Daniel Dalberto; da antropóloga do MPF, Rebeca Ferreira; e o apoio da Polícia Federal.

Fonte: MPF/RO



1º Festival da Cultura Quilombola movimentou comunidade de São Julião

SÍTIO PREFEITURA DE TEÓFILO OTONI, 09.07.2014

O 1º Festival da Cultura Quilombola de São Julião foi realizado entre os dias 24 e 26 deste último mês de junho. A Comunidade Quilombola de São Julião recebeu dezenas de visitantes de vários locais de Minas Gerais e do país, além de seus filhos, netos e amigos de vários cantos para uma grande festa, a celebração da amizade, união, luta e identidade deste povo formado por bravas mulheres e fortes homens pretos, brancos e tantas mais cores de lá.

O festival teve início com missa, casamento e batizados, carregada de significados e resgates de tradições locais, cortejo da noiva acompanhada de sanfona, violas, violões e foguetório. Tudo terminando na poeira de um forró democrático e lindo.

O Encontro de Violeiros e apresentação locais, as oficinas de Poesia, Iniciação Artística, Brinquedos e Brincadeiras, Construção de Instrumentos, Dança e Cerâmica contaram com a presença predominante das crianças, abundantes em São Julião. Os resultados excelentes foram apresentados no dia 27.

O 3o Encontro de Violeiros de São Julião contou com a participação do anfitrião Pereira da Viola, Joaci Ornelas, Quincas da Viola, Gabriel Violeiro e Bilora, num "trujejo" lindo durante os dois dias de apresentações. As noites ainda contaram com mostras das oficinas e com apresentações de Rangelito Rodrigues, Tau Brasil, Xingu e Orlando Pereira, também leitura de poesias compostas na oficina ministrada pelo poeta Cláudio Bento, performance das mulheres da comunidade que fizeram uma grande roda de jogo de versos e uma homenagem à história de amor, luta e beleza de Pai João Preto e Mãe Augusta a quem o festival foi dedicado.

Patrocinado pela Petrobras e pelo Governo de Minas, através do Programa Música Minas, o festival foi realizado pelo VALEMAIS – Instituto Sociocultural do Jequitinhonha, Picuá Produções, Associação Quilombola Vaz Pereira, Prefeitura Municipal de Teófilo Otoni, por meio da Secretaria Municipal de Cultura e Patrimônio Histórico, e Associação Mucury Cultural. O I Festival da Cultura Quilombola manifestou e contribuiu para o processo de valorização identitária, de sua história de resistência e de luta da comunidade de São Julião. Foi uma grande festa da cultura popular e da cultura quilombola.

Ainda prestou-se homenagem ao Pai João Preto, que dedicou sua vida a lavrar a terra, a cultura popular na luta por uma vida melhor, justa e pacífica para sua comunidade. Também à Mãe Augusta, matriarca da Comunidade Quilombola de São Julião que nos deixou no último mês de abril, juntando-se ao seu companheiro Pai João Preto.

Viva Pai João Preto e Mãe Augusta!

Viva a cultura popular!

Viva São Julião!

Viva a Cultura Quilombola! Viva o Vale do Mucuri!



Terras quilombolas: Brasil tem 10 ações pendentes entre elas em SE, diz CNJ

SÍTIO XXXXXX, 09.07.2014

Os processos pendentes estão em andamento na Justiça Federal de São Paulo, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e Sergipe.

Por: Conjur/ Jornaldacidade.net

O Brasil tem 10 ações pendentes de análise para desapropriações e regularização de terras quilombolas. Dessas, cinco já tiveram o trâmite acelerado com a entrega da posse do bem antes de finalizado o processo de desapropriação. É o que mostra um levantamento do Comitê Executivo Nacional do Fórum de Assuntos Fundiários do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Essa condição é chamada de imissão, que acontece quando o juiz determina que o expropriante passa a ter a posse do bem antes de finalizado o processo de desapropriação. São dois os critérios para deferir a imissão, de acordo com o Decreto-Lei 3.365, de 1941: urgência e depósito integral do valor do bem. Com isso, embora ainda não tenha a propriedade, o Incra pode entrar nas terras para verificar medidas e realizar avaliações. O proprietário, por sua vez, fica impedido de dar qualquer destinação econômica ao bem.

Os processos pendentes estão em andamento na Justiça Federal de São Paulo, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e Sergipe. Do total, cinco pedidos foram aceitos e um negado. Em outras quatro ações, a análise dos requerimentos foi prorrogada para cumprimento de diligências pelo Incra.

A expropriação de área particular que consista em terreno pertencente aos remanescentes de quilombo é prevista no artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) da Constituição Federal e na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT). O objetivo é garantir a posse à comunidade identificada como quilombola.

Em março, o fórum também fez, a pedido do Incra, levantamento semelhante referente a ações de desapropriação por interesse social para fins de reforma agrária. Em apenas uma das 47 ações listadas a imissão na posse não havia sido analisada pelo Poder Judiciário.

Com informações da Assessoria de Imprensa do CNJ.



Amapá tem mutirão para emissão de documentos

SÍTIO PORTAL BRASIL, 10.07.2014

Moradores de Tartarugalzinho poderão tirar documentos como identidade e certificado de pessoa física gratuitamente

Trabalhadoras rurais da cidade de Tartarugalzinho (AP) poderão tirar gratuitamente, até o próximo dia 15, cédulas de identidade, certificados de pessoa física (CPF), carteiras de trabalho e da previdência social (CTPS) e certidões de gratuidade para emissão de documentos. A ação ocorre por meio de mutirão.

Tartarugalzinho fica na região norte do estado, a 230 quilômetros da capital, Macapá. Os técnicos estarão na sede do município e nas comunidades de Bom Jesus, Cedro, Entre Rios, Governador Janary I e II, São Benedito, São Tomé e Terra Firme. A expectativa é atender cerca de 400 famílias de agricultoras de populações ribeirinhas e extrativistas.

Comunidades que serão atendidas:

10/07 - Comunidade Governador Janary I e II. Local: Associação dos Produtores.

11/07 - Comunidade Entre Rios. Local: Escola Estadual Entre Rios.

12/07 - Comunidade São Benedito. Local: Escola Municipal Igarapé do Peixe.

13/07 - Comunidade São Tomé. Local: Escola Estadual São Tomé do Aporema.

14/07 - Sede do Município. Local: Secretaria Municipal de Assistência Social – Cras.

15/07 - Comunidade Terra Firme (atendendo outras comunidades). Local: Escola Estadual Uapezal. Mias informações no site.

Fonte:

Ministério do Desenvolvimento Agrário



27ª edição da Confraternidade Amazônica acontece de 15 a 20 de Julho

SÍTIO PORTAL TABATINGA, 10.07.2014

A tradicional festividade internacional de cultura que envolve os três países da tríplice fronteira, a "Confraternidade Amazônica" foi lançada na última quinta-feira, 2, e vai acontecer nos dias 15 a 20 de julho na cidade de Letícia, Colômbia.

confrate

O festival internacional chega a sua 27ª edição com uma programação cultural e gastronômica do Brasil, Colômbia e Peru, além das atividades esportivas e musicais.

Um concurso de beleza também vai acontecer para a escolha da Rainha Confraternidade 2014.

O evento foi lançado no hotel Anaconda com a presença do vice-prefeito Carlos Donizetti de Tabatinga e os secretários municipais de cultura, comunicação e esporte da cidade, além das autoridades e representantes colombianas e peruanas.

confraternidade 2014

A organização da Confraternidade apresentou uma amostra de como a 27ª edição deve acontecer com algumas apresentações de danças e músicas. O Festival acontece todos os anos e é um festival de referência para a região.

Fonte: SECOM

Fotos: Chico Araújo /Secom



A partir da segunda-feira, Povo das Águas atende ribeirinhos do Baixo Pantana
SÍTIO FOLHA DO POVO, 10.07.2014

A terceira edição de 2014 do Programa Social Povo das Águas vai atender os moradores da parte baixa do Pantanal corumbaense. Na segunda-feira, 14 de julho, a equipe da Prefeitura estará no Porto da Dona Fátima assistindo os moradores da região do Formigueiro. Os trabalhos acontecem das 7h às 10 horas.

No período da tarde, a partir das 14 horas, a ação será desenvolvida no Porto da Manga até às 17 horas. Na terça-feira, dia 15 julho, o atendimento será no distrito de Porto Esperança. Os profissionais atenderão os ribeirinhos da localidade na Escola Municipal Rural Porto Esperança, das 8h às 12 horas.

No dia 16, quarta-feira, o programa social chega à região de Forte Coimbra. No dia seguinte, 17 de julho, os trabalhos se encerram no Porto Morrinho. Os profissionais estarão no Porto da Odila entre as 8h e 12 horas.

A ação é coordenada pela Secretaria de Governo e integra as secretarias municipais de Saúde, Educação, Assistência Social e Cidadania, da Defesa Civil e da Fundação do Meio Ambiente. Participam do Programa Social médicos, dentistas, enfermeiras, vacinadoras, assistentes sociais, pedagogas, professoras, agentes comunitários de saúde, agentes de endemias, agentes de Defesa Civil, além de agentes ambientais do Município.

Nesta terceira edição do ano, a delegada regional da Polícia Civil de Corumbá, Joilce Ramos, vai integrar a equipe. Ela vai falar com os ribeirinhos sobre violência doméstica e a Lei Maria da Penha.



Tapera recebe Certidão de Autodefinição como comunidade remanescente de Quilombolas

SÍTIO ACONTECE EM PETRÓPOLIS, 10.07.2014

Treze famílias moradoras da comunidade da Tapera receberam uma Certidão de Autodefinição à Comunidade Quilombola, pela Fundação Cultural Palmares, na última sexta-feira. A certidão garante o acesso à política de regularização territorial junto ao Instituto Nacional de Colonização e de Reforma Agrária, o Incra.

A comunidade, que existe há mais de um século, está localizada no Vale da Boa Esperança em uma área na divisa de Petrópolis e Teresópolis. As casas do Quilombo começaram a ser construídas na última semana e de acordo com a empreiteira responsável pelo processo, serão entregues em aproximadamente 90 dias.

O processo de certificação foi iniciado com a comunidade que resgatou toda a documentação sobre o Quilombo, desde a declaração de autodefinição do que é considerado quilombo, dados sobre a base territorial, origem, número de famílias, jornais, certidões e toda prova hábil a ser instruída no processo administrativo. Depois disso, a área foi submetida a um laudo antropológico que deu origem ao relatório técnico de identificação e delimitação. Com o título, a área passa a ser propriedade coletiva, inalienável, impenhorável e imprescritível.



Brigada Apinajé: Prova de Fogo

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 10.07.2014

Período de junho a setembro, esse é o tempo da florada e crescimento dos frutos dos pequizeiros, cajueiros, bacurizeiros e de outras espécies de árvores e palmeiras nativas dessa região. A partir de agora o cerrado e seus habitantes vivem sob a intensa e perigosa ameaça dos incêndios que poderão ocorrer nessa época. De forma cíclica e repetitiva todos os anos milhares hectares de campos, florestas e matas ciliares do território Apinajé, localizado no Norte do Estado do Tocantins vem sendo suprimidos e alterados pelo fogo.

Por meio de convênio firmado entre o Instituto Nacional do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis-IBAMA e a Fundação Nacional do Índio-FUNAI, no início de maio de 2014 foi realizada a seleção, capacitação e contrato de 15 Brigadistas indígenas da etnia Apinajé pelo Centro de Prevenção e Controle aos Incêndios Florestais do IBAMA/Prev-Fogo. Equipados com viaturas 4X4, rádios de comunicação, GPS, máquinas fotográficas e outros equipamentos esses 15 brigadistas indígenas já estão atuando no território Apinajé desde início de junho.

Inicialmente a Brigada Indígena está realizando visitas de apresentação nas comunidades com objetivo de conversar com os caciques sobre as atividades que doravante serão desenvolvidas pelos 2 Esquadrões que atuarão simultaneamente nas fronteiras principais da área Apinajé. No momento os Brigadistas também estão desenvolvendo atividades de Monitoramento Territorial, fazendo reconhecimento das regiões críticas e vulneráveis nos limites dos municípios de Tocantinópolis, Maurilândia, São Bento do Tocantins e Cachoeirinha.

Alexandre Conde, chefe da Brigada Apinajé informou que os caciques e lideranças das aldeias visitadas estão sendo devidamente informados e orientados sobre algumas regras internas que doravante deverão ser observadas e cumpridas por todos. O chefe da Brigada disse também que os caciques e chefes de famílias demonstraram considerável disposição de colaborar e apoiar as atividades dos Brigadistas.

Dessa forma alertamos também a toda população das cidades circunvizinhas e moradores do entorno do território Apinajé, que se alguém for flagrado colocando fogo em pastagens, campos e florestas dentro da área indígena, poderá ser detido e encaminhado às autoridades competentes. Os moradores que tem seus lotes nas proximidades da área Apinajé, de agora em diante deverão notificar com antecedência ao IBAMA, FUNAI, NATURATINS, os caciques e Chefes de Brigadas, quando forem queimar suas roças e pastagens.

Terra Indígena Apinajé, 10 de julho de 2014.

RO – Procurador de Justiça Carlos Grott dá parecer favorável à permanência dos Tenharim em Porto Velho

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 10.07.2014



Uma boa (embora curta) notícia a respeito de Simeão, Gilson, Gilvan, Valdinar e Domiceno, os Tenharim do Sul do Amazonas que estão presos em Porto Velho. O Procurador de Justiça Carlos Grott deu parecer favorável à concessão do Habeas Corpus para permanência dos cinco Tenharim na cidade, como era desejo deles, apoiado pelo Ministério Público Federal e pela Defensoria Pública da União. Agora, o processo 0005538-85.2014.822.0000 será julgado pelo Tribunal de Justiça de Rondônia, que esperamos decida a questão em definitivo.

Para os Tenharim, ficar em Porto Velho é essencial, dada a proximidade com a Terra Indígena onde vivem. Embora ela esteja situada no sul do Amazonas, o acesso a Porto Velho é fácil e pode ser feito por via terrestre. Se fossem transferidos para Manaus, entretanto, as visitas teriam que ser feitas por via aérea, o que inviabilizaria praticamente a ida e o apoio físicos de familiares e parentes.



MPF propõe acordo de cooperação técnica para produção em aldeias
SÍTIO RONDÔNIA AO VIVO, 10.07.2014

Seagri, Emater e Funai vão fazer um termo de cooperação técnica para melhorar produção de alimentos nas aldeias de Guajará-Mirim.

Os indígenas do município de Guajará-Mirim serão os primeiros contemplados em Rondônia de uma iniciativa para melhoria da produção alimentar nas aldeias. Com a intermediação do Ministério Público Federal (MPF), um acordo de cooperação técnica será feito entre a Funai, a Emater e a Secretaria Estadual de Agricultura (Seagri). A proposta da cooperação técnica atende uma demanda dos indígenas que pedem apoio para melhoria de sua produção de alimentos.

“Os indígenas não são mais nômades. Estão fixados em aldeias e há significativo aumento populacional nos últimos anos. Têm carência de alimentação e geração de renda, pois não têm preparo técnico para o modo de produção não-indígena. Por isto fizemos uma reunião com a Funai, Emater e Seagri a fim de capacitar os indígenas para a criação de animais e peixes, bem como o plantio de alimentos em escala”, disse o procurador da República Daniel Dalberto.

A reunião ocorreu em Porto Velho, na manhã da última segunda-feira, 7 de julho, com a participação do secretário da Seagri, Evandro César Padovani; do secretário-executivo da Emater, Luiz Gomes Furtado; dos servidores da Funai de Guajará-Mirim, João Soares Rodrigues e Juscileth Costa Pessoa; e dos procuradores da República Daniel Dalberto e Leonardo Sampaio.

Geração de renda

Na semana passada, nos dias 1º e 2 de julho, a situação dos indígenas de Guajará-Mirim foi discutida pelo MPF; pelo coordenador regional da Funai no município, Adilson dos Santos; e pela chefe do Serviço de Apoio à Geração de Renda da Funai em Brasília, Ana Heloísa Bandeira de Melo.

“A situação nas aldeias precisa ser vista de perto. Por isto pedimos a presença da Funai nacional. Os indígenas pedem insistentemente o apoio do MPF e de outras instituições para que possam melhorar a qualidade e quantidade de alimentos produzidos para consumo e comercialização do excedente. Se houver esse apoio, eles poderão produzir e comercializar os excedentes, futuramente, gerando renda para suas aldeias, sem depender de políticas assistencialistas”, finalizou Dalberto.

Fonte: MPF

Deputado federal Fábio Trad acusa União de 'empurrar com barriga' conflito por terras

SÍTIO SIDROLÂNDIA NEWS, 10.07.2014

Parlamentar considera haver ainda insatisfação por parte dos produtores e indígenas



O deputado federal Fábio Trad (PMDB-MS) criticou, nesta quarta-feira (9), a União por ainda pairar sobre Mato Grosso do Sul o clima de instabilidade em regiões reivindicadas por indígenas, como em Sidrolândia e Caarapó.

“Conflito entre produtores e índios não pode mais ser levado com a barriga pela União”, condenou o parlamentar sul-mato-grossense, que considera haver uma deliberada política de superação momentânea de crise e perpetuação das mútuas insatisfações de produtores e indígenas.

Quanto à ampliação da terra indígena Buriti, em Sidrolândia, após 14 anos de invasões e um ano de reuniões em busca de acordo indenizatório, completado no dia 31 de junho, os produtores ainda não conseguiram fechar o acordo para vender suas fazendas para a União. Eles pedem R\$ 124 milhões, mas o governo federal só quer pagar R\$ 80 milhões.

A diferença de R\$ 44 milhões, segundo os produtores, refere-se a ressarcimento por construções e máquinas danificados pelos indígenas. As negociações foram interrompidas no dia 20 de junho e só devem ser retomadas depois da Copa do Mundo, que termina no próximo final de semana.

Já a Fazenda Santa Helena foi invadida por 200 indígenas, que já reivindicavam a área, em protesto contra o assassinato de um integrante da comunidade Tey Kuê, Denílson Barbosa, de 15 anos, quando este pescava dentro de propriedade rural. O garoto foi assassinado a tiros no dia 16 de fevereiro do ano passado.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 117 / 2014

Brasília, 10 de julho de 2014.

A União ingressou com recurso no Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF-3) contra a decisão de primeira instância que determinou a continuidade de policiais da Força Nacional de Segurança na Fazenda Santa Helena, alegando que não tem a incumbência de fazer policiamento preventivo.

Apreensão de produtos indígenas gera polêmica entre artesãos e consumidores
SÍTIO RÁDIO JORNAL/PE, 10.07.2014



Foto: Julliana de Melo/NE10

Uma ação da Polícia Federal e do Ibama apreendeu cerca de 500 produtos indígenas na Feira Nacional de Negócios do Artesanato (Fenearte), no Centro de Convenções, em Olinda, na tarde dessa quarta-feira (10). As autoridades alegam que os materiais levados como brincos, pulseiras e canetas, foram feitos com penas de animais silvestres. A operação chamada Moda Triste faz parte de uma iniciativa do Ibama em nível nacional.

Durante o ato, ninguém foi detido. Fiscais do órgão isolaram o corredor oito da feira, onde índios de diversas tribos comercializam produtos. A comerciante Maria Cícera está ligada à tribo Xucuru, de Pesqueira, no Agreste de Pernambuco. Muito emocionada, ela fala que a ação da polícia causou constrangimento. O vendedor Emanuel Marcos da tribo Terena, do Mato Grosso do Sul, diz que os índios pretendem reaver o material apreendido.

Os produtos estão guardados em um caminhão e depois serão levados para a Polícia Federal. Uma reunião com representantes da Funai, do Ibama e da PF está prevista para às 10h desta quinta-feira (10).



Governo federal recorre à Justiça para não oferecer segurança policial a indígenas em MS

SÍTIO DOURADOS AGORA, 10.07.2013

A União recorreu ao Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF-3) contra decisão de 1ª instância que determinou a manutenção de 4 policiais da Força Nacional de Segurança na Fazenda Santa Helena, em Caarapó, 270 km ao sul de Campo Grande (MS).

A União alega que nem a Polícia Federal nem a Força Nacional de Segurança tem atribuição de atuar no policiamento preventivo. A decisão recorrida afirma que "é notório o embate existente nesta região de Dourados entre a polícia local (civil e militar) e indígenas", o que justifica o envio das forças federais.

A área foi ocupada por indígenas após um adolescente da comunidade Tey Kuê - Denílson Barbosa, de 15 anos - ter sido assassinado a tiros em 16 de fevereiro de 2013, enquanto pescava no interior da fazenda. Como forma de protesto, 200 pessoas da comunidade ocuparam a fazenda, que já era reivindicada como terra indígena. O Ministério Público Federal (MPF), autor da ação, pediu a intervenção policial para "resguardar a integridade física e psicológica de índios e não índios na área em conflito", o que foi deferido pela Justiça.

A área reivindicada já está passando pelos estudos antropológicos, de responsabilidade do Grupo Técnico de Identificação e Delimitação da Terra Indígena Dourados-Amambaipegua, constituído por meio de portaria da Funai. "A meu ver, considerando a probabilidade de restar comprovada a ocupação tradicional pelos índios, e, portanto, de reconhecer-se que se trata de bem da União, justifica-se a intervenção da Força Nacional para a segurança dos índios e não índios que ocupam a área", afirmou o juiz na decisão.

Violência contra indígenas em MS: a maior do país

Mato Grosso do Sul tem a segunda maior população indígena do país, cerca de 70 mil pessoas divididas em várias etnias. Apesar disso, somente 0,2% da área do estado é ocupada por terras indígenas. As áreas ocupadas pelas lavouras de soja (1.100.000 ha) e cana (425.000 ha) são, respectivamente, dez e trinta vezes maiores que a soma das terras ocupadas por índios em Mato Grosso do Sul.

Campeã de violência: MS tem 8 municípios entre os 13 com maiores taxas de suicídio entre indígenas

A taxa de assassinatos - cem por cem mil habitantes - é mais de 3 vezes maior que a média nacional, que é de 29 homicídios por cem mil habitantes. Em Mato Grosso do Sul, Pelo Censo de 2010, os indígenas são 2,9% da população, mas contribuem com 19,9% dos suicídios: quase sete vezes mais.

Em Dourados, há uma reserva com cerca de 3600 hectares, constituída na década de 1920.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 117 / 2014

Brasília, 10 de julho de 2014.

Existem ali duas aldeias - Jaguapiru e Bororó - com cerca de 12 mil pessoas. A densidade demográfica é de 0.3 hectares/pessoa.

Fonte das informações: Mapa da Violência no Brasil <http://www.mapadaviolencia.org.br>



UFGD oferece formação continuada a profissionais de escolas indígenas

SÍTIO DOURADOS INFORMA, 10.07.2014

Nos dias 15 e 16 de julho, a UFGD oferece formação continuada para professores indígenas que atuam em Dourados. Num projeto em rede com a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), a Universidade Católica Dom Bosco (UCDB) e a Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), a Instituição prestará assessoria a 359 profissionais da educação indígena, por meio da iniciativa "Ação Rede Saberes Indígenas na Escola".

A atividade está sendo organizada em parceria com a Secretaria Municipal de Educação de Dourados (SEMED) e com a Coordenadoria Especial de Assuntos Indígenas de Dourados (CEAID) e visa atender professores e técnicos administrativos das escolas indígenas do município. O objetivo é construir um currículo mais adequado à realidade cotidiana dessas escolas e educadores.

A formação será realizada na Escola Municipal Indígena Tengtui Marangatu, que fica na Reserva Indígena Jaguapiru. Ao todos serão atendidas cinco turmas de professores dos anos iniciais e anos finais e três turmas de integrantes do quadro administrativo das escolas.

A "Ação Rede Saberes Indígenas na Escola" visa promover a formação continuada de professores indígenas, priorizando a produção de material didático e a alfabetização em língua materna, considerando a realidade sociolinguística dos povos indígenas atendidos a partir dos eixos: Letramento em Língua Indígena, Letramento em Língua Portuguesa como língua materna, Conhecimentos Indígenas e Artes Verbais.

Na UFGD, a Ação é executada pela Faculdade Intercultural Indígena (FAIND).



Inscrições para os jogos indígenas começam dia 14
SÍTIO MÍDIA MAX, 10.07.2014

As inscrições para os Jogos Indígenas de Campo Grande já podem ser realizadas a partir de segunda-feira (14) na sede da Funesp (Fundação Municipal de Esporte).

A competição acontece nas modalidades de atletismo, voleibol, futebol society, arco e flecha, lança e cabo de guerra. As quatro últimas fazem parte dos costumes indígenas e servem para resgatar as tradições nas aldeias.

No dia 27 de julho acontece a 9ª edição do Jogos Urbanos Indígenas de Campo Grande. A competição acontecerá no Parque Ayrton Senna em 6 modalidades. Para participar foram convidadas as etnias Terenas, Guatós, Kimikinau, Guaranís-Caiuás e Kadiwes, além das etnias Xavante e Bororó, oriundos do Mato Grosso.



MPF pede agilidade em processo de área reivindicada como indígena em Mato Castelhana

SÍTIO VANG FM, 10.07.2014

O Ministério Público Federal (MPF) encaminhou ao Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4) na última sexta-feira, 4 de julho, pedido para que a Justiça determine à Fundação Nacional do Índio (Funai) que dê continuidade ao processo de identificação e delimitação de território reivindicado como tradicional por indígenas Kaingang em Mato Castelhana, no norte do Rio Grande do Sul. Mais de cinco anos após a criação de grupo de trabalho específico para realizar relatório técnico sobre a pertinência ou não do pleito, o documento ainda não foi publicado pela presidência da Funai.

Segundo o MPF, a demora fere o princípio da razoável duração do processo e negligência direito de os indígenas usufruírem de uma vida digna conforme os seus costumes e tradições, ambos previstos na Constituição Federal. Além disso, há receio de dano irreparável devido ao clima de animosidade entre os Kaingang e outros habitantes da região, principalmente agricultores.

Entenda o caso

Em abril deste ano, o MPF em Passo Fundo ingressou com ação civil pública (ACP) na Justiça Federal para obrigar a Funai, liminarmente (antes mesmo de finalizado todo o rito processual), a dar o devido andamento ao processo administrativo de identificação e delimitação de território em favor de indígenas Kaingang acampados no município de Mato Castelhana. Embora o grupo esteja desde outubro de 2005 às margens do km 271 da BR-285, apenas em maio de 2009 foi publicada no Diário Oficial da União portaria em que a Funai constituiu grupo técnico para elaborar relatório circunstanciado de identificação e delimitação de possíveis terras tradicionais na região. Para que se contextualize o caso, identificar e delimitar é apenas a primeira etapa do processo de demarcação de terras tradicionalmente ocupadas por povos indígenas, previsto no artigo 231 da Constituição. As demais são as seguintes: declaração dos limites, demarcação física, homologação e registro cartorial. Todo o procedimento está previsto no Decreto 1.775, de 8 de janeiro de 1996.

Em 6 de maio de 2014, a Justiça Federal em Passo Fundo acatou o pedido do MPF e concedeu liminar determinando que a presidência da Funai se manifestasse, em até 30 dias depois de notificada, sobre o processo de identificação e delimitação. Em caso de descumprimento, o órgão deveria pagar multa diária de R\$ 10 mil. A Funai recorreu da decisão ao TRF-4 e, em 16 de junho, o desembargador relator do processo suspendeu a liminar. Agora, o MPF pede que o relator reconsidere sua decisão, o que manteria a Funai obrigada a se manifestar sobre o caso dos Kaingang em Mato Castelhana. Em sua argumentação, a procuradora regional da República Adriana Zawada Melo ressalta que o MPF não requer que o Poder Judiciário defina se

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 117 / 2014

Brasília, 10 de julho de 2014.

a área em questão é terra indígena ou não, mas apenas "determine que o processo de demarcação tenha andamento, com a observância dos prazos fixados nas normas que lhe são próprias e que foram, há bastante tempo, extrapolados".

Autor: Jornalismo Vang/JM - O Nacional



Polícia investiga possível suicídio de indígena após derrota do Brasil

SÍTIO DIÁRIO DIGITAL, 10.07.2014

Jovem foi encontrado morto com tiro na barriga

A Polícia Civil de Paranhos, município distante 477 quilômetros de Campo Grande, investiga a morte de um adolescente indígena de 17 anos, na aldeia Pirajuí. O jovem foi encontrado morto após o jogo do Brasil pela Copa do Mundo, na terça-feira (08). A mãe disse que o rapaz chegou em casa triste após a derrota.

A delegada Sayara Quinteiro Martins investiga o caso. Ela informou à equipe do Diário Digital que o suicídio ainda não foi comprovado. "Estamos investigando todas as possibilidades, inclusive suicídio", informou.

De acordo com Sayara, na terça-feira o jovem saiu para caçar e depois voltou para assistir o jogo. "Ele saiu para caçar e foi assistir ao jogo na casa de um tio. Após o jogo, ele foi para a casa", declarou.

A mãe do rapaz disse à polícia que ele chegou muito triste em casa. "Quando chegou em casa ele falou para a mãe que estava muito triste porque o Brasil perdeu e a Alemanha ganhou. Logo depois foi para o quarto, onde foi encontrado ferido com um tiro", explica a delegada.

O adolescente foi encontrado no quarto ferido com um tiro de espingarda, calibre 32. Ele foi socorrido com vida ao hospital, mas não resistiu.

Familiares da vítima já foram ouvidos pela polícia e o caso segue em investigação.



Boletim de Notícias - Edição nº 117 / 2014

Brasília, 10 de julho de 2014.

MPMG realiza Audiência Pública para discutir situação do povo indígena Maxakali
SÍTIO MPMG, 10.07.2014

As informações sobre a audiência foram divulgadas por meio de edital

Data de início: 10 de Julho de 2014 às 13:00 horas.

Data de fim: 10 de Julho de 2014 às 18:00 horas.

O Ministério Público de Minas Gerais (MPMG), por meio da Coordenadoria Regional de Inclusão e Mobilização Sociais do Vale do Mucuri e das Promotorias de Justiça de Águas Formosas, irá realizar Audiência Pública, no dia 10 julho, às 13h, com o objetivo de discutir a garantia da atenção básica à saúde do povo indígena Maxakali. Um dos assuntos abordados será a situação de vulnerabilidade que vitimou várias crianças dessa população indígena em 2014.

A audiência será realizada no Centro de Cultura de Águas Formosas, na rua Dr. Sebastião Figueiredo, 643, Centro. Outras informações podem ser obtidas pelos telefones (33) 3611-1303 ou (33)3523-1961.

Clique aqui

(<http://www.mpmg.mp.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?fileId=8A91CFA9463FDB8B0146EDF063302172>) e veja o edital da Audiência Pública.

Participantes

Além de membros das tribos indígenas da região, foram convidados a participar da audiência representantes do Ministério Público Federal (MPF); Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG); Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai); Fundação Nacional do Índio (Funai); Missão Caioá; Secretarias Municipais de Saúde e Câmara de Vereadores de Machacalis, Bertópolis, Águas Formosas, Helena de Minas e Teófilo Otoni; hospitais da região; além de antropólogos, historiadores, entre outros.



União e Estado não querem prover segurança em área ocupada por indígenas em Caarapó

SÍTIO CAARAPÓ NEWS, 10.07.2014

Nem União, nem Estado. Ninguém quer se responsabilizar pela segurança na Fazenda Santa Helena, em Caarapó, a 270 km de Campo Grande, que está ocupada por indígenas. Desta vez, a União recorreu à justiça para retirar os 4 policiais da Força Nacional de Segurança que estão no local. A União alega que nem a Polícia Federal nem a Força Nacional de Segurança tem atribuição de atuar no policiamento preventivo. A Secretaria Estadual de Justiça e Segurança Pública (Sejusp), por sua vez, afirma que "a atribuição é da União e ponto final."

Dessa forma, se a Justiça acatar os argumentos da União, a área poderá ficar sem policiamento algum. A decisão recorrida pelo governo federal afirma que "é notório o embate existente nesta região de Dourados entre a polícia local (civil e militar) e indígenas", o que justifica o envio das forças federais.

A área foi ocupada por indígenas após um adolescente da comunidade Tey Kuê - Denílson Barbosa, de 15 anos - ter sido assassinado a tiros em 16 de fevereiro de 2013, enquanto pescava no interior da fazenda. Como forma de protesto, 200 pessoas da comunidade ocuparam a fazenda, que já era reivindicada como terra indígena.

O Ministério Público Federal (MPF), autor da ação, pediu a intervenção policial para "resguardar a integridade física e psicológica de índios e não índios na área em conflito", o que foi deferido pela Justiça. A área reivindicada já está passando pelos estudos antropológicos, de responsabilidade do Grupo Técnico de Identificação e Delimitação da Terra Indígena Dourados-Amambaipegua, constituído pela Funai.

"Considerando a probabilidade de restar comprovada a ocupação tradicional pelos índios, e, portanto, de reconhecer-se que se trata de bem da União, justifica-se a intervenção da Força Nacional para a segurança dos índios e não índios que ocupam a área", afirmou o juiz na decisão.

Os ruralistas contestam a ocupação indígena no local. O presidente do Sindicato Rural de Caarapó, Antônio Humberto, defende que os índios não deveriam estar na fazenda. Segundo ele, a Justiça nunca declarou a terra é indígena. Portanto, para ele, a ocupação é ilegal. "A morte do adolescente não é desculpa para a ocupação. O que tem que acontecer é punir quem cometeu o crime, não tomar a terra", opina.

Antônio Humberto avalia que a presença da Força Nacional no local protege apenas os índios. Segundo o ruralista, ninguém além dos indígenas, tem acesso à área. Conforme o MPF, Mato Grosso do Sul tem a segunda maior população indígena do país, cerca de 70 mil pessoas divididas em várias etnias.



Comunidades da bacia amazônica exporão em Pavilhão Indígena da COP20

SÍTIO AMBIENTE BRASIL, 10.07.2014

As cinco mil comunidades nativas que integram a Coordenação das Organizações Indígenas da Bacia Amazônica (Coica) exporão suas propostas para combater o aquecimento global no Pavilhão Indígena da conferência COP20 em dezembro, segundo anunciaram nesta quarta-feira seus porta-vozes em Lima.

A Coica e o Ministério do Ambiente do Peru assinaram um convênio para garantir a presença das comunidades nativas da região na Conferência das Nações Unidas sobre a Mudança Climática, que será realizada na capital peruana entre os dias 1º e 12 de dezembro.

A coordenação está formada por 400 organizações indígenas que vivem em 210 milhões de hectares de florestas dos nove países na América do Sul que compartilham a bacia do rio Amazonas: Brasil, Bolívia, Colômbia, Equador, Guiana, Guiana Francesa, Peru, Suriname e Venezuela.

O governo da Noruega financiará este pavilhão com uma contribuição de US\$ 1 milhão proveniente de uma iniciativa desse país para a proteção de florestas em mais de 50 países.

O presidente da Associação Interétnica de Desenvolvimento da Selva Peruana (Aidesepp), Alberto Pizango, explicou na quarta-feira (9) em entrevista coletiva que sua organização faz parte da Coica e assumiu um papel de coordenação das 10 propostas que as comunidades nativas levarão à COP20.

Entre as reivindicações das comunidades indígenas estão a titulação das terras, a reorientação do "desenvolvimentismo" por meio da consulta prévia aos povos nativos, o reconhecimento aos conhecimentos ancestrais, a defesa da vida plena na Amazônia e o acesso direto a fundos para a defesa do clima.

A Aidesepp pedirá, além disso, a "cessação da perseguição dos defensores indígenas das montanhas e da água", incluindo as 53 pessoas que estão sendo processadas pela morte de 33 pessoas e o desaparecimento de outra em um violento protesto na cidade amazônica peruana de Bagua em 2009.

Por sua parte, o panamenho Cándido Menzúa, representante da Aliança Mesoamericana de Povos e Florestas, opinou que os países devem aprovar o consentimento livre e informado dos povos indígenas para todo tipo de projetos econômicos em seus territórios.

Menzúa defendeu a necessidade que os povos indígenas tenham acesso a um fundo climático por serem residentes nas florestas tropicais e, portanto, os mais indicados para protegê-las.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 117 / 2014

Brasília, 10 de julho de 2014.

O vice-ministro do Ambiente do Peru, Gabriel Quijandría, declarou que a intenção do convênio é “assegurar que as vozes das organizações indígenas sejam escutadas” no processo de negociações sobre a mitigação, recuperação ou conservação das florestas que se dará na conferência de dezembro.

“Parte do compromisso do Ministério do Ambiente é avançar nesta dívida histórica de falta de entendimento e compreensão com as organizações indígenas”, comentou Quijandría.

O vice-ministro explicou que o Pavilhão Indígena terá dois lugares físicos durante a COP20, um dentro da zona da conferência e outro em uma feira climática, onde serão expostas as propostas e projetos das comunidades indígenas da região. (Fonte: Terra)



Oficinas Indígenas movimentam as Bibliotecas Parque do Rio de Janeiro

SÍTIO SECRETARIA DA CULTURA/RJ, 10.07.2014

Iniciativa fortalece o intercâmbio de grupos identitários da cultura fluminense

A Secretaria de Estado de Cultura do Rio de Janeiro promove nas Bibliotecas Parque Estadual e de Niterói atividades produzidas por indígenas de diversas etnias. De 10 de julho a 6 de agosto serão realizadas 21 ações, dentre oficinas, rodas de conversa e contações de histórias, tendo como foco central o incentivo, a valorização e a divulgação da cultura indígena no estado.

A iniciativa teve como ponto de partida a comemoração da Semana do Índio e continua fortalecendo o intercâmbio de grupos identitários da cultura fluminense. Os encontros temáticos se caracterizam por buscar a salvaguarda, a manutenção e a difusão das práticas, dos hábitos e saberes destes povos.

As atividades acontecem na Biblioteca Parque Estadual (Avenida Presidente Vargas, 1261, Centro, Rio de Janeiro), de 10/07 a 13/07, e na Biblioteca Parque de Niterói (Praça da República, s/nº, Centro, Niterói), às quartas-feiras, até 06/08.

Programação Completa

Biblioteca Parque Estadual

10/07 – Quinta-feira

Hélio Kairy (roda de conversa e contação de histórias) – 11h e 14h.

Carlos Tukano (Contação de história - vida social indígena) – 11h e 14h.

11/07 – Sexta-feira

Tobi Itaúna (Oficina de ervas medicinais) – 11h e 14h.

Luciana Vãngri (Contação de histórias – canto e dança indígena) – 11h e 14h.

12/07 – Sábado

Garapirá (Roda de conversa e contação de história com exposição da cultura Pataxó no Brasil) – 11h .

Afonso Apurinã (Contação de histórias - Vivência na floresta) – 11h e 14h.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 117 / 2014

Brasília, 10 de julho de 2014.

13/07 – Domingo

Hélio Kairy (roda de conversa e contação de histórias) – 11h e 14h.

Afonso Apurinã (Contação de histórias - Vivência na floresta) – 14h.

Biblioteca Parque de Niterói

16/07 – Quarta-feira

Cristiane Santos /Papiõn Karipuna (Contação de história com oficina de Marc - grafismo corporal) - 10h.

Cristiane Santos /Papiõn Karipuna (Contação de história com oficina de Marc - grafismo corporal) - 14h.

23/07 – Quarta-feira

Carmel Puri (Oficina de bonecos maroti e teatro de bonecos) - 10h.

Sheila Potiguara (Contação de história com oficina de grafismo corporal) - 14h.

30/07 – Quarta-feira

Hélio Kairy (roda de conversa e contação de histórias sobre a cultura Kairy) - 10h.

Carlos Tukano (Contação de história - vida social indígena) - 14h

06/08 – Quarta-feira

Carlos Tukano (Contação de história - vida social indígena) - 10h.

Afonso Apurinã (Contação de histórias - Vivência na floresta) - 14h.



Lideranças rurais se reúnem com Temer para tratar das demarcações de terras indígenas

SÍTIO ANASTÁCIO NEWS, 10.07.2014

Produtores alegam que os indígenas invadem suas terras com apoio da Funai. Órgão do governo diz que terras são indígenas.

As demarcações de terras e a atuação da Funai (Fundação Nacional do Índio) frente a essa questão é o tema central da reunião que acontece na manhã desta quinta-feira (16), entre produtores, deputados da Frente Parlamentar de Agropecuária, o vice-presidente Michel Temer (PMDB), o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo e lideranças rurais de dez estados brasileiros. Marcada inicialmente para a terça-feira (15), no Palácio do Planalto, em Brasília, a reunião foi transferida por três vezes até ser agendada para as 10h de hoje.

O encontro é mais que necessário diante do conflito constante entre os indígenas e os produtores rurais. De um lado os produtores alegam que os indígenas invadem suas terras com apoio da Funai. Do outro o órgão do governo diz que os locais onde os índios ocupam são comprovadamente terras indígenas. Sem solução para a crise, os produtores pedem ação do governo.

Ontem mesmo, a Fazenda Buriti, localizada em Sidrolândia, de propriedade de Ricardo Bacha, foi invadida por volta das 4 horas da madrugada por índios Terena. A mulher dele e o filho foram mantidos reféns pelos Terenas. O produtor rural que estava em Brasília para a reunião precisou retornar a Campo Grande diante do problema. "Eu vim prestar depoimento de quem vive o problema, embora não imaginasse que ele tomasse a proporção que tomou", afirma Bacha, referindo-se ao fato da esposa e do filho estarem isolados devido ao cerco dos índios à propriedade invadida.

Na região onde fica a fazenda da família Bacha são 17 áreas ocupadas. O Mato Grosso do Sul tem atualmente 56 propriedades invadidas.

Para o presidente da Federação da Agricultura e Pecuária de MS (Sistema Famasul), Eduardo Riedel o que aconteceu ontem é mais um episódio de uma situação anunciada. "Viemos denunciando e alertando sobre a violência crescente. E nos deixa temerosos em relação ao que possa acontecer daqui pra frente", finaliza.

Fonte: redação



Sistema de energia solar mudará produção rural em reserva extrativista no Pará
SÍTIO DIA DE CAMPO, 10.07.2014

Com o apoio do escritório local da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará (Emater) em Porto de Moz, no Xingu, cem famílias da reserva extrativista Verde Para Sempre passarão a ter, até o final do ano, energia ininterrupta em suas propriedades, a partir de um sistema de captação por placas solares. Com a instalação e mais o recebimento de freezers, os ribeirinhos das margens dos rios Jaurucu, Aquiqui, Uiuí, Acaraí e Guajará não só viverão com mais conforto e qualidade, como alavancarão suas principais atividades rurais: a produção de muçarela de búfala e a pesca artesanal.

“De imediato, por exemplo, podemos prever um aumento de pelo menos 30% na produção de queijo de cada família, que hoje gira em torno de 80 a 140 quilos por semana. Isso se dará com a capacidade de armazenamento refrigerado, o que vai beneficiar também o pescado”, explica o chefe interino do escritório local da Emater, o técnico em agropecuária José Moraes.

Quase todos esses extrativistas nunca puderam usufruir de eletricidade doméstica. Alguns possuem geradores, mas a capacidade não ultrapassa três horas. De acordo com a Emater, mesmo em época de chuvas, será possível captação suficiente, porque cinco horas de sol já seriam suficientes para abastecer um dia inteiro.

Os projetos, no valor individual de R\$ 25 mil, serão enquadrados na linha Eco do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e encaminhados para o Banco da Amazônia (Basa) até agosto.